

A menina que roubava livros; um amor forte como a morte (por Pablo González Blasco)

A menina que roubava livros (The Book Thief). Diretor: Brian Percival. Sophie Nélisse, Geoffrey Rush, Emily Watson, Nico Liersch, Ben Schnetzer. 131 min. (2013)

✘ O título me entusiasmou. Não pelo ato de roubar -como se verá, a menina apenas empresta os livros- mas pelo objeto do furto. Em tempos onde a corrupção trafega solta, e criam-se nomes pomposos para disfarçar o que é roubo descarado, fazer dos livros objeto do desejo é, no mínimo, um ponto positivo. As pessoas vão atrás do dinheiro, do poder, da fama. A garota arrisca a pele por conta dos livros.

A protagonista é Liesel, filha de uma mulher perseguida pelo governo alemão durante a segunda guerra. O serviço social germânico, sempre eficiente, confia a garota a um casal sem filhos: Emily Watson e um soberbo Geoffrey Rush, que melhora sua performance a cada filme. Essa é a pista de decolagem para um filme que é um belíssimo ensaio sobre a finitude e o amor.

✘ A finitude corre por conta do narrador -que é a própria morte, que todos vamos encontrar algum dia, questão de tempo. E o cenário é desenhado num aldeia da Alemanha, durante a guerra. As atrocidades do nazismo, o holocausto, a perseguição implacável -elementos que poderiam ser lugar comum- resultam aqui decorados justos para um mergulho antropológico de maior profundidade.

O amor transborda das personagens principais: Liesel, o amiguinho Rudy, Max, Hans, Rosa (abrandando aos poucos uma dureza que não é real), e se espalha contagiando os outros. Assim vão sendo apresentadas pessoas normais, de bom coração, que amavam sua pátria, que discordavam da política fanática do nacional socialismo, que trabalhavam honestamente, e cuidavam uns dos outros. E até garotos que admiravam Jessie Owen, e pintavam de preto a sua cara na hora de competir em alguma corrida no colégio. Um desaforo total para a raça ariana! Não eram apenas os oficiais da Operação Valkíria -ótimo filme, que revi recentemente- os únicos dissidentes da política do III Reich. Finitude e amor; um amor que é forte como a morte em palavras da Bíblia (neste caso a frase é apropriadíssima), e por isso consegue oferecer o contraponto adequado neste poema encantador impresso no celuloide.

✘ Liesel não sabe ler mas intui que há algo nos livros que lhe pode trazer respostas para a sua vida dolorida. Hans ensina a ela as primeiras letras -literalmente falando- e Liesel embala nos livros, nas palavras que anota nas paredes do porão. Max, o refugiado que a família esconde, é o outro catalisador intelectual da menina, que não mais consegue parar de ler. E entre palavras estampadas e livros, lidos e relidos, aflora a camaradagem, a amizade sincera, a ternura firme e comovente, que destila de quem vai conformando sua alma com a sintonia dos seres humanos que enchem as páginas dos livros. "Você lembrou eles que somos humanos, lembrou-lhes da humanidade que parecem haver perdido" -explica Max para a menina, surpresa das reações irracionais dos soldados.

"As palavras são vida; a memória é como o escriba da alma dizia Aristóteles". É Max, em suas lições a meia luz no porão úmido e frio. Lembrei de Borges que continuava comprando livros, mesmo cego,

porque precisava rodear-se da sua amável presença. Precisava tocá-los, cheirá-los, aconchegava-se com eles.

✘ Os livros nos permitem digerir as experiências vitais. São como a lente através da qual visualizamos o sentido do nosso acontecer vital. Interlocutores, professores talvez, que traduzem, na linguagem da alma, as vivências que nos inundam. Essa é a grande diferença que a leitura proporciona: somente quem dialoga com a cultura que lhe precedeu, com aqueles que descrevem os perfis das gentes, é capaz de entender a sua própria vida. Os que não leem, vivem sem perceber, não acumulam experiência, carecem de sabedoria: não por falta de matéria prima, mas por não trabalhá-la no forno lento que a leitura proporciona.

✘ Vivemos numa sociedade rápida, *on line*. Estamos informados, sabemos o que acontece no mundo em intervalo de segundos; mas nos assemelhamos a um cego em tiroteio: falta talento para saber realmente o que está acontecendo, para interpretá-lo e formar critério próprio. Abdicamos de ter opinião e nos contentamos em repetir o que se diz nas redes sociais. Já dizia um amigo que a internet -de inegável ajuda e possibilidades magníficas- é como parede de banheiro: cada um escreve o que bem entende, e nem sempre com bom gosto. Nos é brindada a possibilidade de descarregar todo tipo de arquivos visuais, auditivos, até de texto. Mas não lemos. Damos uma vista d'olhos, sabemos de que vai a coisa, nos colocamos ao dia, e tocamos a vida, quer dizer, passamos para os seguintes arquivos -tem milhares na fila- ou simplesmente os estocamos.

Meu avó dizia que Hitler perdeu a guerra por não ter lido história, pois cometeu o mesmo erro de Napoleão, ao enfrentar o general inverno na Rússia. Eu acrescentaria que nem história, nem literatura, já que Tolstoi cantou a péssima jogada -a de Napoleão, se entende- de modo solene em *Guerra e Paz*. A retirada estratégica do Marechal Kutuzov depois da batalha de Borodino, deixando os franceses esgotar-se sem adversários visíveis, teve seu remake versão III Reich, em Stalingrado. Leio nestes dias um artigo de quem foi presidente da Georgia, comentando as intenções imperialistas do camarada Putin na Crimeia: “nos anos 30, os alemães invadiram a Tchecoslováquia alegando que tinham de proteger a população germânica que lá morava”. Sem história, sem literatura, somos neófitos vitais, nos deslumbramos com as coisas que acontecem, sem reparar que a humanidade recicla as histórias, pois é próprio da condição humana.

✘ Tomei conhecimento há pouco, por motivos profissionais, de uma espinhosa questão familiar. Parece que a mãe de família desconfiava de uma conduta imprópria do marido, e ninguém queria tocar no tema, para evitar incômodos. “Ela já sabe -disse eu. Veja o último filme da Meryl Streep, *Álbum de família*. As mulheres sabem de tudo antes de que se comente com elas”. Dias depois fiquei sabendo que minha apreciação era correta. Lembrei de “A Idade da Inocência”, o romance de Edith Wharton onde a “inocente protagonista” está por dentro de tudo.

Enquanto escrevo estas linhas, acodem a minha mente multidão de exemplos que estavam dormidos na memória. Nem lembrava deles, mas estavam lá. Basta uma faísca para eles acordarem; e vir em auxílio do raciocínio, esclarecendo a situação que se contempla e que alguém, séculos atrás, descreveu com pasmosa semelhança num romance, ou abordou com genialidade num ensaio. Dizem que a cultura é o que sobra quando se esqueceu tudo. Na verdade, não se esquece; permanece adormecida, mas à espreita do momento vital.



Filmes e livros que nos ajudam a entender a vida. A nossa própria vida primeiro, para aventurar-se depois na vida alheia. É a comunidade dos homens contando suas histórias, aprendendo com elas. Assim faziam aquelas personagens -vai mais um dos exemplos que não consigo segurar- no país dos homens-livros, o surpreendente filme de François Truffaut, [Fahrenheit 451](#). Essa é a temperatura na qual arde o papel. E os bombeiros, ao invés de apagar incêndios, colocam fogo...nas bibliotecas. É proibido ler, ter livros é crime. Um bombeiro -parente da nosso Liesel talvez- cai na tentação, guarda um livro, começa a ler.....No país dos homens livro, os habitantes sabem de cor as obras clássicas, e os velhos contam-nas para os jovens, para assim perpetuar a cultura. Pessoas que trocaram seus nomes pelos livros que contam: O Príncipe, Orgulho e Preconceito, o Pickwick de Dickens, Esperando Godot, Alice no País das Maravilhas, a República de Platão.

Fosse apenas para despertar o gosto para a leitura -essa sim é uma necessidade a ser criada, uma adição altamente recomendável- já valeria ver a fita. Contudo, o filme é muito mais do que isso. É o amor que, embalado nos livros e nas palavras, contorna a finitude, faz viver uma vida plena, para saber termina-la com o espírito repleto de paz.

Pablo González Blasco é médico (FMUSP, 1981) e Doutor em Medicina (FMUSP, 2002). Membro Fundador (São Paulo, 1992) e Diretor Científico da SOBRAMFA - Sociedade Brasileira de Medicina de Família, e Membro Internacional da Society of Teachers of Family Medicine (STFM). É autor dos livros "O Médico de Família, hoje" (SOBRAMFA, 1997), "Medicina de Família & Cinema" (Casa do Psicólogo, 2002) "Educação da Afetividade através do Cinema" (IEF-Instituto de Ensino e Fomento/SOBRAMFA, São Paulo, 2006) , "Humanizando a Medicina: Uma Metodologia com o Cinema" (São Camilo, 2011) e "Lições de Liderança no Cinema" (SOBRAMFA, 2013). Co-autor dos livros "Princípios de Medicina de Família" (SOBRAMFA, São Paulo, 2003) e *Cinemeducation: a Comprehensive Guide to using film in medical education*. (Radcliffe Publishing, Oxford, UK. 2005).

Fonte:

<http://www.pablogonzalezblasco.com.br/2014/03/21/a-menina-que-roubava-livros-um-amor-forte-com-o-a-morte/>

RESENHA: "A solidão dos realistas" [René Girard e Lucien Febvre] - por Martim Vasques da Cunha



Dados técnicos: René Girard. *Coisas ocultas desde a fundação do mundo*. Tradução de Martha Gambini. Paz & Terra, 511 pp.; Lucien Febvre. *O problema da incredulidade no século XIV - A*

religião de Rabelais. Tradução de Maria Lúcia Machado. Companhia das Letras, 513 pp.

Ah, a França. O que dizer deste país? O que ele nos deu? Como contribuiu para o tesouro da humanidade? Sabemos nos últimos meses que, pelo mundo da cultura nacional, se comemora o tal do “Ano da França”, uma forma de recordar o evento da Revolução Francesa, que pregava liberdade, fraternidade, igualdade e *madame Guillotine*. Mas a França também nos deu *croissants*, bistrôs, Godard, Truffaut, Rohmer, Bresson (o Henri-Cartier e o Robert), Emmanuelle Béart, Sophie Marceau - além de, claro, René Girard e Lucien Febvre.

Quel? Os dois últimos tiveram livros importantes publicados no Brasil - livros que, de certa maneira, mostraram uma nova forma de pensar em seus respectivos campos de conhecimento: a antropologia e a história.

Girard já é um velho conhecido da casa. Teórico do *desejo mimético*, em que descobrimos que não desejamos por nós mesmos e sim porque imitamos os desejos dos outros, i.e., de quem admiramos, invejamos, nos apaixonamos etc., ele começou como crítico literário de primeira categoria (com *Mensonge romantique et verité romanesque*, de 1962), partiu para os estudos antropológicos com o assustador *A violência e o sagrado* (1972) e, ao sintetizar as duas linhas de trabalho, adentrou a densa selva da hermenêutica bíblica. Em especial a do Novo Testamento, com descobertas surpreendentes sobre como a vinda de Cristo seria a revelação não só de Deus encarnado na Terra como também de toda a matriz de violência da cultura humana - as tais *Coisas ocultas desde a fundação do mundo*, título do livro de entrevistas que é publicado agora pela Paz & Terra e que, quando lançado na França em 1977, deu notoriedade ao pensamento girardiano.

Lucien Febvre é, junto com o historiador Marc Bloch, um dos pais dos *Annales*, a escola que mudou o paradigma da pesquisa historiográfica no Ocidente. Seus sucessores provam que a fórmula deu certo. Desde Fernand Braudel, que passou pelas plagas da *Rive Gauche du Tietê* (a conhecida USP), passando por Jacques LeGoff, até o nosso Sérgio Buarque de Holanda (especialmente em *Visão do Paraíso*), os *Annales* - o nome do grupo vem da criação, em 1929, de uma revista chamada *Annales d'histoire économique et sociale* - formaram uma nova perspectiva que vê a história não mais como uma sucessão de fatos dentro de um molde teórico pré-estabelecido, e sim como uma “história-problema”, que não admite soluções fáceis e que, sobretudo, abre outras possibilidades para compreender o presente do próprio historiador. O livro que resume todas essas tendências e as leva à perfeição - mas também ao seu impasse, como veremos a seguir - é *O problema da incredulidade no século XVI - A religião de Rabelais* (1948), e foi publicado com cinquenta anos de atraso, em uma ação inusitada da Companhia das Letras, editora acostumada a lançar somente obras de quem está no *hype* internacional.

O que os dois livros têm em comum é o fato de que ambos os autores tentam, cada um a seu modo, lançar as novas bases para uma pesquisa que analise o fenômeno religioso fora de qualquer padrão dogmático ou institucional. Sem o saberem, fazem parte daquele seletto grupo que Eric Voegelin, em seu *History of Political Ideas*, chama de *realistas espirituais*. Trata-se de uma “tradição” subterrânea, que começa aproximadamente com Dante Alighieri e se estende até sujeitos díspares e heterodoxos como Thomas Hobbes, Jean Bodin, Blaise Pascal, Mestre Eckhart, chegando até Nietzsche, Kierkegaard, Dostoiévski e, nos últimos tempos, Alexander Soljenítsin. Descontentes com as instituições políticas e culturais que os circundam, estes *realistas* se distanciam intelectualmente delas e começam a observar o real além do pequeno “mundo simbólico” (*cosmion*) criado pelas

circunstâncias, descobrindo outras formas de expressão que, muitas vezes, desagradam às mesmas pessoas que não estão preparadas, seja por ignorância, medo ou interesse, para ouvi-los de alguma forma.

Numa comparação entre Girard e Febvre, sem dúvida o primeiro ganha em termos de ousadia. Não por qualquer desrespeito religioso – pelo contrário, Girard mostra um verdadeiro temor e tremor quando toca nos assuntos do sagrado –, mas sim porque ele não tem medo de abordar a revelação do Evangelho até as últimas conseqüências – em especial, as conseqüências em relação ao comportamento humano. Antes disso, porém, Girard faz questão de mostrar suas descobertas dentro de uma moldura aparentemente racional e científica – uma forma de despistar os incautos e tirar sarro de seus companheiros de trabalho. Assim, *Coisas ocultas desde a fundação do mundo* é dividido em três partes distintas que se comunicam ironicamente entre si por terem um respectivo *rival mimético*. Na primeira parte, *Antropologia Fundamental*, temos Girard a brigar com Lévi-Strauss e seus epígonos, querendo provar a qualquer custo que os antropólogos não conseguem perceber o assassinato fundador que origina toda a cultura humana. Consegue o feito? Mais ou menos: Girard parece esconder o jogo para seus interlocutores (os psicanalistas Jean-Michel Oughourlian e Guy Lefort) e, entre uma crítica e outra, o livro simplesmente pára no ritmo de leitura, deixando o leitor sem saber se deve continuar ou não. Deve sim, pois a bomba será jogada na segunda parte, *A Escritura Judaico-Cristã*, onde Girard lança as bases de sua interpretação mimética do Novo Testamento – ou melhor, segundo ele, são os próprios Evangelhos que revelam isto. Para o francês, a vinda de Cristo denuncia o mecanismo mimético do mundo da violência, i.e., o *nosso* próprio mundo, e o resolve através da renúncia a qualquer espécie de ação que interfira na vontade de Deus: a de se mostrar como um poder que recusa a manutenção do desejo e que não é responsável por qualquer ato que o homem possa cometer contra si mesmo. Deus não tem culpa de nada; o ser humano mata porque quer esquecer que mata.

A tal “bomba” é a visão que Girard tem sobre o Cristianismo histórico, considerado por ele como uma versão deturpada de algo que, na falta de nome melhor, é chamado de “Cristianismo sacrificial”. De acordo com a sua leitura dos Evangelhos, a paixão de Cristo não teria sido um sacrifício. Jesus teria de morrer de qualquer maneira porque se continuasse a viver neste mundo (o da violência onde vivemos), seria obrigado a praticar algum ato terrível para permanecer nele. Contudo, antes que o leitor se apresse em julgar o raciocínio e chamá-lo logo de “herético”, devemos lembrá-lo que o termo “sacrifício” tem um sentido peculiar na obra de Girard; para ele, “sacrifício” é o resultado chocante do mecanismo mimético, o momento em que as disputas que destroem a sociedade chegam a um ápice que só será resolvido através da morte de um inocente – o “bode expiatório”. Dessa forma, como Cristo não é um “bode”, pois Ele é a única vítima na história humana que tinha plena consciência de seus atos, a Paixão não pode ser considerada um “sacrifício” *lato sensu*, simplesmente porque era a sua função, conforme a vontade do Pai, denunciar a violência da qual se funda a cultura do homem. (Para o alívio de muitos, Girard consideraria uma outra forma de ver a morte de Jesus como um “sacrifício diferenciado”, em um livro publicado anos depois, *Um longo argumento do princípio ao fim*. Uma maneira elegante de não deixar Jesus ser *apenas* uma peça de sua grande teoria sobre a antropologia mimética).

Estas breves pinceladas dão mostra de como Girard não tem medo do risco e da polêmica – características que são extrapoladas na terceira parte, *Psicologia Interdividual*, uma divertida discussão sobre o desejo moderno, obviamente usando Freud como contraponto. Aqui, o desejo tem

uma estratégia própria, uma autonomia de estar sempre dois passos à frente do sujeito, e assim toma as mais diferentes formas, como hipnose, possessão, homossexualismo, sado-masiquismo, inveja - enfim, atitudes que são incentivadas pelos intelectuais pós-modernos e que marcam o cotidiano do nosso mundo contaminado de mimetismo.

Lucien Febvre não conhecia o desejo mimético de René Girard, mas ele começa o seu tratado sobre a religião de Rabelais com uma descrição deliciosa de como era o ambiente intelectual dos humanistas franceses do século XVI, repleto de rivalidades e de acusações mútuas. É claro que, antes de tudo, Febvre tem uma missão: a de provar que os grandes estudiosos da obra de François Rabelais, o autor de *Gargântua e Pantagruel* (1532-1554), em especial Abel Lefranc e Louis Thuasne, estavam errados ao anunciarem que o grande escritor da França era, afinal, um “ateu”. Consegue?

Chegou quase lá. A primeira parte de *O problema da incredulidade* é uma prova da força do método dos *Annales*: através de cartas, documentos, poemas, tratados médicos, sátiras, Febvre cruza os dados e chega à seguinte conclusão - a de que Rabelais nunca poderia ser ateu. E por dois motivos: o primeiro é que o grande escritor estava muito além do seu tempo e o segundo é que Rabelais, paradoxalmente, era uma amostra perfeita da devoção humanista que marcou aquela época de transição entre o fim da Idade Média e o início do Renascimento.

É na segunda parte do livro, quando Febvre mostra o contexto histórico, que as coisas começam a derrapar. Descobrimos que a pesquisa foi feita não para reabilitar Rabelais por si mesmo, mas sim para recolocar Erasmo de Roterdã, o autor de *Elogio da loucura* (1515) e grande amigo de Thomas More, no seu devido lugar de glória. Febvre é um admirador de Erasmo e, mais, identifica-se com suas posições humanistas sobre a religião. Considera-a como um fato que deve ser defendido na liberdade individual; e que Cristo não é uma pessoa com quem se possa estabelecer uma relação e sim uma simples filosofia do viver. Ora, Rabelais, que gostava do exagero das descrições e do corpo, podia se identificar com algumas dessas idéias; mas será que a sua grandeza literária se iguala a de Erasmo, o primeiro dos intelectuais ocidentais, um epígono que, por odiar os escolásticos em decadência, achava que toda a filosofia anterior, composta por gigantes então já reconhecidos como São Tomás, Santo Alberto Magno e Duns Scott era farinha do mesmo saco?

É claro que não. Erasmo é o fundador daquilo que Paul Johnson chama de “Terceira Força”, aparentemente imparcial em relação aos radicalismos da Reforma Protestante e da Contra-Reforma, mas que, no fundo, transforma-se também em um outro radicalismo, até mais perigoso, porque camuflado nas vestes da “tolerância” e da “pluralidade”. Febvre cai nessa armadilha direitinho - e o que temos é um livro que, apesar de ter a palavra “problema” no seu título, não o apresenta de forma alguma. Afinal, se, como o historiador afirma, a questão do século XVI era “crer ou não crer”, e a resposta é simplesmente a primeira opção, onde estaria o problema? Além disso, como afirmar que não existia a “incredulidade”? Antes do século XVI, Santo Anselmo e São Tomás já discorriam sobre o *stultus*, o estulto, o néscio, o insensato que, segundo o salmo 52, dizia em seu coração que Deus não existia e, por isso, fechava-se a toda e qualquer realidade transcendente. Isso não seria a atitude de um “incrédulo”? Eis o nó górdio de qualquer historiador que siga o método dos *Annales*: ele só se preocupa com o “impacto social” de uma idéia, não com o fato de que a tal idéia - no caso, a incredulidade - já poderia existir no íntimo de uma pessoa. A reverberação em massa da “não-crença” (que, muito tempo depois, chamaríamos de “ateísmo”) no tecido da sociedade ocidental aconteceria somente nos séculos XVIII e XIX, com o impacto da Revolução Francesa e o surgimento

das ideologias positivistas e coletivistas.

Enfim, esta é a solidão dos realistas que tentam olhar além das paróquias do espírito. De um lado, René Girard que, enfrentando um grande risco, faz observações corretas sobre o mundo moderno, mas também pode cair na arapuca de ver tudo conforme a teoria do desejo mimético - inclusive o próprio Jesus Cristo. Do outro, Lucien Febvre, que resolve enquadrar um dos maiores escritores franceses na gavetinha particular desta peça de museu que se tornou Erasmo de Roterdã. O que fazer? Dançar um tango argentino? Talvez, mas, no caso desta resenha, prefiro beber uma boa taça de vinho e gritar a plenos pulmões: *Vive la France!*

Martim Vasques da Cunha é escritor, jornalista, mestre em Filosofia da Religião pela PUC-SP, doutorando em Filosofia pela USP e autor, entre outros, do livro *Crise e Utopia: O Dilema de Thomas More* (Vide Editorial, Campinas, 2012).

Resenha publicada originalmente na revista-livro do Instituto de Formação e Educação (IFE), *Dicta&Contradicta*, Edição nº 4, Dez/2009. Disponível [online] neste link: <http://www.dicta.com.br/edicoes/edicao-4/livros/>

Imagens: reprodução das capas do livros da resenha.

[The end of the modern world \(resenha\)](#)



The End of The Modern World

Intercollegiate Studies Institute (ISI Books), New York, 2008, 220 págs., US\$ 13,62

Translated from the original "Das Ende der Neuzeit. Ein Versuch zur Orientierung" by Joseph Theman and Herbert Burke

Esta nova edição da famosa obra de Guardini, datada de 1956, *O fim do mundo moderno* (1956), é, na verdade, a soma de dois livros em um. A primeira parte, intitulada *A procura por orientação*, é uma vasta apreciação da história da cultura, concretamente, do Cristianismo, trazida para a

realidade de nossos dias, terminando com uma densa questão sobre nosso futuro. A segunda parte, subintitulada *Poder e Responsabilidade*, começa por sugerir uma resposta a esta questão, delineando um esboço rudimentar do que “o novo arquiteto humano” do (nosso) novo mundo deve parecer.

Muito da análise de Guardini, agora com quase sessenta anos de idade, é profética. Nós agora estamos numa posição histórica de decidir se as esperanças por ele expressadas têm algum potencial para serem realizadas em nossos dias e se o seu novo homem pode ser encontrado em algum lugar.

Na primeira parte, Guardini dá uma análise teológica do suceder das culturas desde a Idade Média até os Tempos Modernos, tendo a Idade Média como um cume. A questão central de cada época é a questão central frente ao indivíduo: é aquela de proferida por Cristo, “Quem vós dizeis que eu sou?”. A questão é tão antiga quanto o próprio homem ou quanto a escolha catastrófica de Adão e Eva, os quais, movendo seus olhos para longe de Deus e para dentro deles mesmos, procuraram ser iguais a Ele.

A Idade Média foi caracterizada por um movimento cultural próprio, longe da visão de mundo clássica (inerente aos gregos) e radicalmente voltada para uma visão centrada na fé: “Nesta fé, o mundo nasceu de novo, mas não nasceu da mitologia nem da filosofia. Os vínculos míticos que ligavam o homem ao universo foram destruídos. Na história, raiou uma nova liberdade para o espírito humano.

Desvinculado agora do mundo, o homem estaria apto, pela primeira vez, a encarar todas as coisas a partir de uma nova perspectiva, de um ponto privilegiado que não dependia nem da superioridade intelectual nem da cultura. Assim, estava forjada uma transfiguração do ser totalmente impossível para o velho mundo pagão.”.

Assim, a Idade Média, diferenciada de uma cultura clássica que era definitivamente incapaz de transcendência (no sentido cristão da palavra), foi um ponto alto da história. Guardini discute este ápice do Cristianismo em termos de várias sínteses que compilam este tempo irrepetível. A Suma de Teologia, de São Tomás de Aquino, foi um exemplo notável entre aquelas várias sínteses, mas não foi a única.

O período posterior que Guardini delineia é separado da cultura medieval por uma extensa fissura. Com o século XIV, uma perceptível *Sturm und Drang* (do alemão, chuvas e trovões, uma forte turbulência existencial, no sentido proposto pelo autor) entra em cena. Guardini assinala um certo “anseio germânico em abarcar a totalidade do ser”, o qual ele então identifica com o “dirigir-se para a transcendência” que veio a ser historicamente associado a Goethe.

Segundo a visão de Guardini, Goethe personifica o movimento do Romantismo, cuja primeira característica é uma mudança de foco: o homem, não Deus, é agora o centro da cultura. O *Zeitgeist* – ou espírito do tempo – do Romantismo equivale a nada mais do que o desejo humano primordial de onipotência divina: é um prelúdio para um *Götterdämmerung* ou crepúsculo.

“Para o novo homem da Idade Moderna, as insuspeitadas regiões deste mundo seriam um desafio a ser encontrado e conquistado. Dentro de si, ele ouvia o chamado à aventura sobre o que parecia uma terra sem fim, para tornar-se o seu dono. Mas o diabo tem suas regras e, como um Prometeu, faz o

homem perder seu lugar na ordem criacional: “Angústia, violência, ganância, rebelião contra a ordem - mais imperiosos do que nunca - estes primitivos impulsos incitaram a alma humana...”.

Começamos a encontrar de frente todas estas familiaríssimas feições do nosso próprio tempo e suas raízes se inserem na história (de certa forma) recente: a era moderna (com nossa era pós-moderna) não foi nem a era de Deus nem a do homem, mas da máquina. Guardini nota que o referente à pessoa é um dom que o homem descobre quando ele se antepõe a Deus; nosso desenvolvimento longe de Deus tem dado lugar ao homem moderno, que não é humano, e à uma natureza moderna, que não é natural.

Alienação e ansiedade existencial (angústia niilista) marcaram a visão de mundo da primeira metade do Século XX, ao menos tão longe quanto a inteligência podia conceber. E, na análise de Guardini, o mais horrendo cume destas forças culturais (e psicológicas) foi a Segunda Grande Guerra Mundial. A história tem mostrado que o profundo sentido do homem (e de sua própria humanidade) deteriorou-se e o homem moderno está suscetível à escravização do poder bem mais do que os seus ancestrais. O homem está incapaz de dar conta de seu próprio progresso e ele é agora estranho a si mesmo, exatamente como a criação que ele habita não mais harmoniza com ele. O que - se algo - podemos fazer?

A resposta a esta questão, ou melhor, abordagem de Guardini para uma resposta preliminar, vem na segunda metade do trabalho aqui resenhado. Ele observa que nossos espíritos estão doentes e que nosso mal é um mal religioso. Mas ele diz: “Exatamente neste ponto, a esperança emerge, a qual não pode ser facilmente definida. Pois, numa coisa sua forma é puramente religiosa: ela expressa que Deus é maior do que todos os processos históricos; que estão em Suas Mãos, portanto em Sua Graça...”.

Guardini então postula que uma verdadeira metanóia (conversão) é obrigatória. Mas deve ser uma conversão apropriada à situação na qual nos encontramos. “O que, então, deve parecer, o novo arquiteto humano deste mundo emergente?”. “(Ele) terá que redescobrir que o poder está no autocontrole; que o sofrimento aceito interiormente transforma o sofrimento; e todo aquele crescimento existencial depende do sacrifício livremente oferecido.”.

A mais descritiva é, talvez, a seguinte passagem: “O novo homem estaria apto para ver através das ilusões que imperam no meio científico e no desenvolvimento tecnológico: a decepção por trás da idolatria da cultura “liberal”, por trás das utopias totalitárias, do pessimismo tragicista; por trás do misticismo moderno e do mundo hermafrodita da psicanálise. Ele verá e saberá por si mesmo (que) a realidade não é tão simples assim!”.

Guardini prescreve para o nosso mal (pós) moderno a única verdade e a derradeira cura que o espírito pode experimentar, seja ele o espírito do homem ou o espírito da era. Ele chama por um retorno a Cristo em profunda humildade e fé, ainda que nós carreguemos conosco a pesada bagagem de nosso passado cultural. Guardini finalmente nos implora a responder à questão de Nosso Senhor (“Quem vós dizeis que eu sou?”) com a réplica de São Pedro: “Tu és O Cristo, O Filho do Deus Vivo.”.

Escrito há tempos, Guardini sugere como devemos nos conduzir nesta importante tarefa de redescobrir nosso destino religioso e que carismas serão exigidos de nossa liderança. Hoje, podemos

ler a análise de Guardini à luz da liderança oferecida por alguém que nunca cessou de nos implorar a sermos sinais de contradição em meio à loucura do nosso tempo: João Paulo II.

O papa polonês certamente encontrou os requisitos esboçados acima, porque ele, em vida, soube, como poucos, personificar a condição de que “o sofrimento interiormente aceito transforma o sofrimento”. E, na encíclica *Veritatis Splendor*, por exemplo, ele propõe uma correta relação para a verdade das coisas. Mas, já passados alguns anos, estaríamos ainda abertos à oitiva dos ecos daquele documento pastoral?

Damos a vida, mas não a honra!



Em época de eleições os discursos prontos e as opiniões politicamente corretas reinam absolutas e não admitem qualquer interferência democrática de pensamento que ouse elaborar teses de forma diversa da sua.

Falas bem treinadas, argumentos de impacto, discursos que trazem em seu bojo conceitos pseudo ético-morais e toda a parafernália própria desta época em que vivemos a cada quatro anos nos cercam diariamente. E depois disso, o que resta? Pouquíssimos cidadãos monitoram seus candidatos e observam se seus interesses estão ou não sendo atendidos pelas propostas dos candidatos a cargos públicos. Fala-se muito de política, mas pouca gente se interessa de fato em conhecer o que fazem seus candidatos nos quatro anos em que não aparecerão tanto assim. Esse quadro todos conhecemos porque sempre se repete, mas há algo de interessante nisso. Cada candidato busca um nicho eleitoral e para conquistá-lo, não é raro que abrace causas politicamente corretas (mas que não necessariamente correspondem ao que de fato pensam), transitando entre a defesa dos animais, a “causa gay”, discursos religiosos, causa operária, direitos da mulher... Há uma infinidade de opções que visam obter ou quase negociar um voto que garantirá o emprego do candidato em questão pelos próximos quatro anos, período em que as coisas podem mudar muito e não raro, os que faziam campanha ontem defendendo a vida humana, poderão amanhã votar a favor de uma nova legislação sobre o aborto e mesmo que lhe cobrem a postura anterior e exibam provas materiais de que ele votou contra aquilo para que foi eleito, ainda assim não será estranho vê-lo negando solenemente que jamais fizeram isso, mesmo diante de provas categóricas.

Mas este não é um problema ético exclusivo da política, mas sim algo latente na própria sociedade brasileira de um modo muito mais abrangente e entranhado. Trata-se de uma dificuldade em firmar-se em opiniões claras e objetivas e lutar por elas.

Heródoto, conhecido sábio grego, escreveu em sua obra História uma passagem singular que tratava das relações entre persas e espartanos. Num dado momento dos vários conflitos entre espartanos e persas, os soldados de Esparta acabaram matando um arauto persa e rompendo uma regra elementar em tempos de guerra: jamais ferir ou matar os mensageiros inimigos, pois eles é que poderiam portar notícias capitais para o fim ou desenvolvimento da guerra. Por conta desse

incidente, os persas exigiram uma reparação à altura do dano causado. Compadecidos pela situação embaraçosa em que sua pátria se encontrava, dois nobres espartanos se apresentaram e se ofereceram para resgatar o crime dando suas vidas. Chamavam-se Espértias e Bulis. A oferta foi aceita pelo governo espartano e os valentes cidadãos se dirigiram à costa da Ásia e se apresentaram a Hidarnes, governador persa. Frente tamanha coragem e valor, o governador admirou-se por encontrar homens tão valorosos e lhes propôs um “jeitinho” de não morrerem, ficarem amigos do soberano e ainda serem premiados na corte com o governo de uma província, sendo incorporados à própria cultura persa. De início, o “jeitinho” não parecia ser uma má saída a nossos corajosos espartanos, porém, durante as negociações os dois espartanos deveriam praticar um ritual de prostração diante do soberano persa e julgaram isso extremamente humilhante e terminantemente decidiram não cumpri-lo respondendo: “Viemos aqui, para dar a nossa vida; não a nossa honra! Temos um costume, uma lei, e esta nos impede de adorar um homem”. E ainda prosseguiram justificando aos persas: “Sugeris que assim procedamos... Porque sabeis ser escravos, mas nunca experimentastes a liberdade, ignorais, assim, se ela é doce ou não. Se já a tivésseis conhecido, estimular-nos-íeis a lutar por ela, não somente com lanças, mas até com machados” (Cf. História. L.VII-135,36).

O emblemático encontro entre o líder persa e os valorosos gregos tem muito a nos dizer ainda hoje, pois nos revela a grandeza de uma sociedade em que os cidadãos invocam sua dignidade de homens que vivem sob a égide da lei e que pautam suas relações por esta mesma lei, diferindo-se fundamentalmente de outros povos, como os próprios persas, sujeitos aos sátrapas, servindo-os como escravos e adoradores, abrindo mão da própria liberdade em troca de uma submissão que em nada lhes beneficiava. Os gregos não se submetiam cegamente ou adoravam a um homem, mas relacionavam-se com eles a partir da lei, reconhecendo direitos e deveres inalienáveis. Só se pode afirmar que existe civilização se houver uma consciência da lei expressa racionalmente e traduzida em atos concretos.

No século V o Império Romano ruiu sob pressão das invasões bárbaras e a civilização reformulou-se graças à ação profícua da Igreja. Essa ação da Igreja teve nos mosteiros, em especial os beneditinos, lugares privilegiados de reconstrução social e não seria absurdo dizer que essas mosteiros gestaram a nova civilização ocidental.

Com a avassaladora invasão bárbara muitos vestígios da decadente civilização romana foram redimidos pela sábia ação dos discípulos de São Bento que mesclaram o que havia de bom na civilização romana, com o que havia de bom no modo de vida bárbaro, plasmando uma nova civilização revitalizada pelos valores do Evangelho. Na Alta Idade Média nem tudo eram flores, mas a consciência de se viver de acordo com a lei que está dentro de cada homem (lei natural) e a lei que é elaborada visando o bem comum fora de nós, fez com que a luz da civilização voltasse a brilhar.

Em nossa realidade atual somos confrontados a todo tempo com o relativismo, a falta de clareza intelectual, a desonestidade dos manipuladores, a inocência dos idiotas úteis, a covardia dos bons, a audácia dos maus, o relativismo moral e tantos outros males que de forma inequívoca comprovam que a noção verdadeira de “lei” vai se apagando. Não obstante, isso não se constitui num motivo para desânimo ou desespero, mas para uma santa ousadia, como a dos beneditinos da Alta Idade Média que não consideravam os bárbaros como “incivilizados”, mas apenas como “ainda não civilizados”, tanto que apostaram naqueles que os romanos desprezavam e o fruto foi a organização

de uma sociedade imperfeita, sim, mas coesa em sua fé, valores e ações. Como tudo, essa sociedade teve seu desenvolvimento, ápice e declínio, e hoje nos serve como exemplo inspirador para cultivar a esperança frente à neo-bárbarie em que vivemos. A História, aliás, serve para isso: olhamos para o passado a fim de compreender o presente e alterar o futuro evitando os mesmos erros. Nem sempre nossa visão é lúcida o suficiente para evitar o mal, porém, vale o princípio de São Bernardo de Claraval: “Esforçar-se para ser perfeito já é um sinal de presença da perfeição em si”. Jamais conseguiremos atingir perfeição social, cultural, espiritual ou de qualquer natureza que seja nesta vida e neste mundo, porém, isso não nos exime de buscá-la incessantemente.

Luiz Raphael Tonon é professor de História e Filosofia e gestor do Núcleo de Teologia do IFE Campinas (raphael.tonon@ife.org.br).

Boa notícia: ainda há tempo! Prorrogamos novamente até 15 de Agosto ou 40 vagas. Confira.

As matrículas para o curso “**Cultura Geral: Releituras da sabedoria dos tempos**” foram novamente prorrogadas, agora até 15 de Agosto ou quando completarem 40 vagas. Temos apenas seis vagas das 40. Caso ainda não conheça o curso, veja os informativos abaixo e algumas fotos da primeira aula, ministrada pelo Prof. Dr. Marcus Boeira, sobre “O PODER”. A matrícula pode ser feita diretamente no site do Unisal, onde o curso está sendo realizado: <http://unisal.br/cursos/cultura-geral-releituras-da-sabedoria-dos-tempos/>

CARTAZ



FOLDER | Caso não esteja visualizando as imagens do folder ou prefere vê-las em tamanho maior, clique [AQUI](#) para abri-lo em PDF.



FOTOS DA 1ª AULA, “O PODER” - PROF. DR. MARCUS BOEIRA



Tags: Cinema, Filme, História, Leitura, Literatura, Livros,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em:

<http://ife.org.br/a-menina-que-roubava-livros-um-amor-forte-como-a-morte-por-pablo-gonzalez-blasco>

/